

Comunicação antirracista e filosofia da linguagem¹

Jersey Simon da Silva Ferreira²

Introdução

O termo *antirracista* tem sido amplamente difundido e utilizado nos últimos anos, seja nos meios de comunicação de massa; seja no mundo dos negócios, através das chamadas práticas de ESG (Environmental, Social and Governance - em livre tradução Ambiental, Social e Governança); seja no meio acadêmico, através de uma vasta produção de intelectuais e pesquisadores negros e negras com forte influência do feminismo negro e do anticolonialismo. A intelectual e ativista pelos direitos civis norte-americana, Ângela Davis, afirma que "numa sociedade racista, não basta apenas não ser racista, tem de ser antirracista".

Nos EUA de Davis, os acirramentos raciais tornaram-se uma ameaça à democracia, principalmente após a morte de George Floyd, um afro-americano assassinado por policiais brancos em Minneapolis, em 25 de maio de 2020. As repercussões se alastraram pelo globo. Em um período da história marcado por novos conflitos raciais, com a volta de ideologias supremacistas ganhando as redes e as ruas e com o fortalecimento de movimentos como o "Black lives matter" (Vidas negras importam), as instituições, os governos e os influenciadores de opinião se sentem pressionados a dar uma resposta contundente e concreta.

Neste sentido, as práticas antirracistas compreendem uma série de medidas, nos âmbitos individual, institucional e estrutural, com objetivo de combater o racismo e promover a equidade racial. Visa a reparação histórica, a inclusão e o acesso à direitos, a ressignificação dos papéis sociais e das representações das pessoas negras na sociedade. O antirracismo se utiliza de diversos instrumentos, tais como o engajamento político e social, as políticas de ação afirmativa, as medidas de discriminação positiva, dentre outras. Todavia, é na comunicação e na filosofia da linguagem - ramo da filosofia que estuda a essência e natureza dos fenômenos linguísticos, da natureza do significado linguístico, dentre outras questões - que reside um dos meios mais eficazes de antirracismo, conforme veremos abaixo.

¹ Artigo produzido para periódico do Conselho Regional de Serviço Social CRESS 12a Região - Santa Catarina.

² Jornalista com 10 anos de formação. Recentemente ganhou o 9º Prêmio SebraeRJ de jornalismo. É mestrando do Programa de Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro PPFH - UERJ, onde pesquisa "Relações étnico-raciais e formação policial". Atuou na secretaria de Direitos Humanos de Niterói, onde coordenou o Programa de Educação em Direitos Humanos e na Subsecretaria de Promoção da Igualdade Racial (SUPIR), onde desenvolveu políticas públicas voltadas para o combate ao racismo e ações afirmativas.

Racismo: concepções e abordagens

Antes, porém, retomemos o conceito de racismo e suas concepções. A filósofa e ativista Djamila Ribeiro afirma que “o racismo é um sistema de opressão, em que um determinado grupo social utiliza seus privilégios para oprimir outro, em detrimento da cor de sua pele, características fenotípicas ou culturais”. A intelectual Grada Kilomba afirma: “O racismo não é um evento na biografia individual, mas um acúmulo de eventos violentos que, ao mesmo tempo, revelam um padrão histórico de abuso racial que envolve não apenas os horrores da violência racista, mas também as memórias coletivas do trauma colonial”. A partir destas afirmações já podemos concluir que o racismo não se restringe apenas a uma ofensa ou discriminação contra uma pessoa negra.

É nesta perspectiva que o filósofo e jurista, Sílvio Almeida, afirma que o racismo é estrutural, porque ele “é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas e, jurídicas e até familiares; não é uma patologia e nem um desarranjo institucional” (Almeida, 2019, p. 50). Para Almeida, o racismo pode ser pensado a partir de três concepções: individual, institucional e estrutural.

A questão racial não pode ser reduzida às concepções individual e institucional, justamente por seu caráter sistêmico; a questão racial também não pode ser analisada sem os elementos ideológico, político, jurídico e econômico (Almeida, 2019). “O racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistêmica” (Almeida, 2019, p. 51). O racismo é estrutural porque é parte de um processo social e estrutura a forma como a sociedade se organiza.

A ênfase da análise estrutural do racismo não exclui os sujeitos racializados, mas os concebe como parte integrante e ativa de um sistema que, ao mesmo tempo que torna possíveis suas ações, é por eles criado e recriado a todo momento. O propósito desse olhar mais complexo é afastar análises superficiais ou reducionistas sobre a questão racial (Almeida, 2019, p. 51).

Hannah Arendt, em “Origens do totalitarismo”, nos ajuda a resgatar as raízes históricas do racismo. Ao contrário do que muitos afirmam, o racismo não foi uma invenção da Alemanha nazista. Tampouco nasceu do ódio de Hitler contra judeus. “A verdade histórica de tudo isso é que a ideologia racista, com raízes profundas no século XVIII, emergiu simultaneamente em todos os países ocidentais durante o século XIX” (Arendt, 2012, p. 233).

O racismo absorveu e reviveu todos os antigos pensamentos racistas, que, no entanto, por si mesmos, dificilmente teriam sido capazes de transformar o racismo em ideologia. Mas já no fim daquele século concederam-se ao pensamento racista dignidade e importância, como se ele fosse uma das maiores contribuições espirituais do mundo ocidental (Arendt, 2012, p. 233, 234).

As motivações para o fortalecimento do racismo, que no século XIX ganhou um selo científico amparado no darwinismo social e na ideia do negro inferior propagada pelo francês Arthur de Gobineau, são a expansão da Europa sobre os territórios, a cultura e as riquezas dos países africanos através do seu projeto civilizatório que chamamos de colonialismo. O racismo foi a base ideológica do colonialismo; não bastava saquear e explorar a África e os africanos, era preciso inferiorizar, subjugar e desumanizar os negros.

Racismo e ideologia

Conforme vimos acima, o racismo vai além de atitudes individuais de discriminação, ele está no modo como nossa sociedade está estruturada, ele permeia as relações, as instituições, a forma como nos comunicamos. Destaca-se, todavia, o seu papel enquanto ideologia. A antropóloga e escritora Juliana Borges afirma que o racismo foi uma das ideologias que “fundaram” o Estado brasileiro. “Se no processo de construção de ideia de descobrimento o racismo se colocou explicitamente pela instituição da escravidão, ele seguiu pela hierarquização e pelas teorias raciais no transcorrer dos séculos XIX e XX (...) sempre ali, latente nas relações sociais e por meio da estrutura e das instituições do Estado” (Borges, 2019, p. 41).

A “fundação” de nosso país acontece tendo a escravidão baseada na hierarquização racial como pilar. O racismo é uma das ideologias fundadoras da sociedade brasileira. (...) Esse poder sobre corpos negros é exercido em diversas esferas. Seja na total ausência de políticas cidadãs e de direitos, como falta de saneamento básico, saúde integral e empregos dignos; seja pelo caráter simbólico de representação do negro na sociedade como violento, lascivo e agressivo, alimentando medo e desconfiança e culminando em mortes simbólicas, pela aculturação, pela assimilação e pelo epistemicídio, até as mortes físicas, que se estabelecem por violência, torturas, encarceramento e mortes (Borges, 2019, p. 41)

Em nosso país, os aparelhos ideológicos do Estado (universidades, escolas, igrejas, meios de comunicação) sempre tiveram papel essencial na manutenção do racismo. Além de reproduzirem discursos racistas, eles também permitiram ao racismo sua materialidade

opressora. É o caso, por exemplo, das faculdades de medicina, das escolas de direito e dos museus de história natural, que ao longo do século XX propagaram a ideia do racismo científico (Almeida, 2019).

Primeiramente, vamos ao conceito de ideologia. Arendt (2012) define ideologias como “sistemas baseados numa única opinião suficientemente forte para atrair e persuadir um grupo de pessoas e bastante ampla para orientá-las” (Arendt, 2012, p. 234). Ela é categórica em afirmar que uma ideologia, seja ela ou não racista, só pode lograr êxito em seu empreendimento persuasivo se corresponder às expectativas reais das pessoas, às “necessidades imediatas”. Deste modo, uma ideologia é antes de tudo “arma política” e não doutrina retórica.

Silvio Almeida afirma que uma pessoa não nasce branca ou negra, ela torna-se branca ou negra quando entra em contato com toda uma rede de sentidos compartilhados socialmente, algo que já estava dado antes mesmo de a pessoa ter sua consciência e seus afetos formados. “Nossa relação com a vida social é mediada pela ideologia, ou seja, pelo imaginário que é reproduzido pelos meios de comunicação, pelo sistema educacional e pelo sistema de justiça em consonância com a realidade”.

Para Almeida (2019) “o racismo é uma ideologia, desde que se considere que toda ideologia só pode subsistir se estiver ancorada em práticas sociais concretas” (Almeida, 2019, p. 67). O racismo, enquanto ideologia, molda o inconsciente, constituindo um verdadeiro “complexo imaginário social” que inferioriza as pessoas negras, algo reforçado a todo o tempo pelos meios de comunicação, pelo sistema educacional.

Cotidianamente, nos telejornais, nas capas dos jornais e nos sites da internet, está estampada a imagem do “aviãozinho”, do “menor infrator”, do “traficante de drogas”, consolidando no imaginário social a ideia de que jovens negros são perigosos. Em última instância, o medo leva a um anseio coletivo pela eliminação biofísica deste *inimigo*. Não obstante, jovens negros representaram 74% das vítimas de mortes pela polícia em 2020, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Comunicação antirracista

Agora que vimos que a ideologia racista tem estrita relação com a realidade, retomemos ao debate sobre práticas antirracistas e sobre o poder da comunicação antirracista.

Para compreender tais conceitos, faz-se necessário aprofundarmo-nos no conhecimento da filosofia da linguagem e da Semiótica que, em síntese, é o estudo dos processos de signos, que, por sua vez, pode ser definido como qualquer coisa que comunica algo, geralmente chamado de significado.

Em sua obra *A mídia e a modernidade*, John Thompson defende que a comunicação é um instrumento para mediação de diferentes formas de poder na sociedade. Ele estabelece quatro tipos de poder: o econômico; o político; o coercitivo e o simbólico. Thompson (2001) defende que a comunicação está intrinsecamente ligada ao poder simbólico que é “a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da produção e da transformação de formas simbólicas”.

Mikhail Bakhtin, em sua obra “Marxismo e filosofia da linguagem”, trabalha a natureza social da enunciação. Para ele, a palavra tinha importância estratégica para o marxismo, uma vez que a burguesia do seu tempo desenvolvia sua filosofia sob o signo da palavra. Ele afirma que “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo”. Por exemplo, o pão no ritual católico da missa significa o corpo de Cristo; já para os movimentos negros o punho cerrado significa a resistência negra contra a opressão racista.

Para Bakhtin não resta dúvida: “Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é: se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.)”. Tais critérios e índices de valor mudam conforme as classes ou grupos sociais. Em outros termos, uma palavra, uma expressão, uma imagem pode significar coisas diferentes para grupos e classes sociais diferentes, mesmo estes servindo-se “de uma só e mesma língua”. Nas palavras de Bakhtin “consequentemente, em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes”.

Esta pluralidade social do signo ideológico é um traço da maior importância. Na verdade, é este entrecruzamento dos índices de valor que torna o signo vivo e móvel, capaz de evoluir. O signo, se subtraído às tensões da luta social, se posto à margem da luta de classes, irá infalivelmente debilitar-se, degenerará em alegoria, tornar-se-á objeto de estudo dos filólogos e não será mais um instrumento racional e vivo para a sociedade. A memória da história da humanidade está cheia destes signos ideológicos defuntos, incapazes de constituir uma arena para o confronto dos valores sociais vivos (Bakhtin, 2016, p. 46).

O cerne do pensamento de Bakhtin revela-nos que o caráter essencialmente social da linguagem, da comunicação, torna o signo - ou o significado das coisas - a arena onde classes sociais e ideologias estão em disputa. “O que é que determina esta refração do ser no signo ideológico? O confronto de interesses sociais nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica, ou seja: a luta de classes”, afirma o autor russo.

Enegrecendo este debate, pode-se dizer, então, que o racismo enquanto ideologia e o antirracismo enquanto luta por igualdade e reparação histórica estão em disputa na arena do signo. É por isso que a comunicação é vital para a manutenção ou para a desconstrução do racismo. E como “a palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais”, a luta antirracista utiliza-se da extinção ou da ressignificação de determinadas palavras, termos e/ou expressões racistas.

“Enegrecer”, utilizado acima, por exemplo, ganha novo significado ao compreendermos que tornar um ambiente ou mesmo um debate mais negro é algo positivo dentro dos critérios de avaliação ideológica dos movimentos antirracistas; a própria palavra “negro” foi ressignificada pelos movimentos negros ao longo dos anos. Já “mulata”, “criado-mudo” e “denegrir” são expressões carregadas de significados racistas.

Se o racismo está no modo “normal” com que se constituem as relações, logo a nossa comunicação está permeada de racismo. Frantz Fanon afirma que: “No contexto colonial, o colono só dá por findo seu trabalho de desencantamento do colonizado quando este último reconhece em voz alta e inteligível a supremacia dos valores brancos”. Tudo isto tem consequências nefastas para as pessoas negras ao produzir um auto-ódio, uma negação da própria existência. Em outras palavras, o racismo marca as subjetividades negras de modo visceral.

Na arena do signo, na ideologia do dia a dia, a versão branca e eurocentrada da história esteve vitoriosa por séculos, em que pese a resistência do povo negro, inclusive influenciando e alterando a língua portuguesa com a incorporação de palavras e expressões africanas. Porém, como afirmou George Orwell, autor de *A revolução dos bichos* e 1984, “a história é escrita pelos vencedores”. A historiografia do Brasil sempre invisibilizou a contribuição dos negros nas mais diversas áreas e promove o apagamento de personagens fundamentais para a construção da nação. A Comunicação antirracista busca dar

visibilidade a estas pessoas, de modo a reestabelecer a verdade dos fatos, alterar e ressignificar a ideia de heróis e heroínas nacionais.

É nesta perspectiva que o sociólogo e estudioso das epistemologias do Sul Global, Boaventura de Sousa Santos, cria o conceito de epistemicídio, que é o processo de invisibilização e ocultação das contribuições culturais e sociais não reconhecidas pelo ‘saber’ ocidental. Trata-se de uma escolha política, uma escolha permeada de ideologia racista, de uma visão de mundo eurocentrada que inferioriza outros saberes. É aquilo que a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie vai chamar de “perspectiva da História única”.

É deste modo, por exemplo, que a Educação, a instituição escolar, pode, ao invés de reduzir, aprofundar o racismo na sociedade “ao apresentar um mundo em que negros e negras não têm muitas contribuições importantes para a história, literatura, ciência e afins, resumindo-se a comemorar a própria libertação graças à bondade de brancos conscientes” (Almeida, 2019, p. 65).

Para nos convenceremos de que existem lugares de negro e lugares de branco na sociedade, ou no mínimo não nos espantarmos com essa constatação, não basta ler os livros de autores racistas. (...) É necessário, por exemplo, que, ao frequentar a escola, as lições desses autores racistas sejam acompanhadas de uma realidade em que os professores sejam brancos, os alunos sejam brancos e as pessoas consideradas importantes sejam igualmente brancas (Almeida, 2019, p. 66).

Para Almeida (2019), a ideologia atua justamente fazendo com que as pessoas acreditem naquilo que assistem na TV ou leem nos sites de notícia, tornando real as representações de suas relações com a realidade, o que não necessariamente reflete a realidade social. Deste modo, a ideologia “não é uma representação da realidade material, das relações concretas, mas a representação da relação que temos com essas relações concretas” (Almeida, 2019, p. 65, 66).

Ao adquirir consciência racial e postura antirracista, a pessoa não apenas deixa de usar determinadas expressões, ela busca ressignificar palavras, conceitos e imagens, gestos; ela ativa mecanismos de automoderação e promove a conscientização de outras pessoas com objetivo último de alterar a realidade opressiva do racismo estrutural. Da mesma forma agem as instituições quando adotam uma comunicação antirracista.

A comunicação antirracista é, portanto, uma luta política travada na arena do signo

ideológico, na ideologia do cotidiano, no campo do simbólico, que se utiliza dos instrumentos próprios da comunicação - **da linguagem, da semiótica, do imagético, do gestual, bem como das técnicas e estratégias comunicacionais** - visando a reparação histórica, a inclusão e o acesso à direitos e a ressignificação dos papéis sociais e das representações de pessoas negras na sociedade.

A comunicação antirracista tem mobilizado aqueles temas sensíveis para as pessoas negras, mas que permaneciam interditados no debate público. Conforme aponta Djamilia Ribeiro, **“não podemos combater aquilo que não tem nome”**. É preciso nomear as opressões. É por este motivo que, nos últimos anos, vê-se com tanta força expressões que passaram anos interditas, algumas até mesmo classificadas como tabu. O próprio uso das palavras “preto”, “negro”, “branco”, “racismo”, “racista” são alguns exemplos.

Tal interdição está relacionada com o tipo de racismo presente no Brasil, que por décadas esteve amparado no conceito de Democracia Racial. A obra de Gilberto Freyre, “Casa-grande & senzala”, um clássico da literatura brasileira, foi um dos principais vetores desta ideologia. O mito da Democracia racial era um dos pilares para a falsa afirmação de que no Brasil não existia racismo e que negros e brancos conviviam pacificamente, sem conflitos raciais.

Como se trata de uma luta política travada no campo do simbólico, na arena do signo, a comunicação antirracista encontra resistências por parte dos grupos e classes dominantes. Conforme Bakhtin, “é este entrecruzamento que torna o signo vivo e móvel”. No debate sobre as cotas raciais, por exemplo, a comunicação antirracista trabalha com o debate da reparação histórica da Escravidão e com a perspectiva da abolição sem direitos; enquanto os grupos contrários utilizam-se do argumento de que as cotas deveriam ser para pessoas de baixa renda, uma vez que existem pessoas brancas pobres com dificuldade de acesso à universidade.

A promulgação da Lei 12.711/2012, que versa sobre a reserva de vagas em instituições federais, levou anos de articulações políticas dos movimentos negros junto à classe política e contou com diversas estratégias de convencimento da opinião pública. Foram debates acalorados nas redes sociais, incorporando expressões meméticas como “*mimimi*” e conceitos equivocados como “racismo reverso”. Ainda há muitos outros temas a serem debatidos na perspectiva da comunicação antirracista. As relações interracialis, a solidão da mulher negra, a hipersexualização dos corpos negros, a violência contra jovens negros, o próprio mito da democracia racial são alguns dos temas que tem sido levantados no debate público nos

últimos anos, seja através das mídias sociais ou de programas de grande audiência como telenovelas, reality shows, podcasts etc.

Conclusão

A expressão “é coisa de preto” é uma dessas expressões que têm se deslocado do lugar da inferiorização para o da excelência negra, apoiada no movimento internacionalmente conhecido como “Black excellence”. A luta antirracista, no entanto, não é coisa de preto, é papel de todas as pessoas comprometidas com um mundo mais justo e menos desigual.

Pessoas brancas devem se engajar na luta antirracista, mesmo não experimentando a violência racista, não sendo discriminadas nos lugares por serem brancas, nem reprovadas numa entrevista de emprego por serem brancas. Mesmo assim, devem ser antirracistas. O primeiro passo é reconhecer a branquitude como lugar de privilégio. Djamila Ribeiro afirma que “uma pessoa branca deve pensar seu lugar de modo que entenda os privilégios que acompanham a sua cor”.

Outro conceito trabalhado por Djamila é o de “lugar de fala”. Ele nos ajuda justamente a compreender nosso local de fala na luta antirracista, uma vez que cada pessoa existe e fala de um lugar social diferente; negros e brancos participam da luta antirracista de lugares diferentes, porque enquanto um faz parte do grupo oprimido o outro faz parte do grupo opressor. Pessoas brancas se beneficiam do racismo, querendo elas ou não. O importante é a compreensão de que mesmo falando de lugares diferentes, tem espaço para todas as pessoas na luta.

Da mesma forma que todo signo ideológico tem correspondência na realidade, a comunicação antirracista visa estabelecer efeitos práticos, intervindo na ordem vigente, inscrevendo-se numa materialidade reparadora. Da arena do signo ela deve transformar o mundo das coisas, das pessoas, reestabelecendo pactos, curando feridas e gerando constantes e progressivas libertações para os povos oprimidos. .

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Sílvio Luiz. Racismo Estrutural. São Paulo: Jandaíra, 2020

ARENDT, Hannah, 1906-1975. Origens do totalitarismo: Hannah Arendt; tradução Roberto Raposo. — São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1995.

BORGES, Juliana. Encarceramento em massa. São Paulo: Pólen, 2019.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia / John B. Thompson : tradução de Wagner de Oliveira Brandão; revisão da tradução Leonardo Avritzer. - Petrópolis, RJ : Vozes. 1998.